

7^C
CONGRESO
LATINOAMERICANO DE
CIENCIA POLÍTICA
BOGOTÁ 2013

alacip
ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA CIENCIA POLÍTICA

A renovação dos partidos políticos no governo municipal: uma avaliação da troca de prefeitos na região norte do Brasil

Roberto Figueira de Oliveira Júnior – UFPA- (juniorfigueira@yahoo.com.br)

Carlos Augusto da Silva Souza – UFPA (carlossouza@ufpa.br)

Paulo Sérgio dos Santos Ribeiro – UFPA (pauloribeiro@ufpa.br)

Paper preparado para apresentação no VII Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela American Political Science Association Latina (ALACIP) Bogotá, de 25 a 27 de setembro de 2013

A renovação dos partidos políticos no governo municipal: uma avaliação da troca de prefeitos na região norte do Brasil

Roberto Figueira de Oliveira Júnior
Carlos Augusto da Silva Souza
Paulo Sérgio dos Santos Ribeiro

Esta proposta de artigo apresenta como objetivo avaliar como a força dos partidos vem se desenhando no Brasil a partir de um estudo de caso das eleições de 2012 realizadas nos estados da região norte do Brasil. A proposta consiste em identificar quais as mudanças e continuidades quanto a força eleitoral dos partidos e sua relação com o perfil dos municípios que compõe os estados da região norte do Brasil. A hipóteses que norteou nossa investigação parte da constatação já indicada pela literatura de que a força dos partidos na esfera municipal apresenta relação direta com as eleições federais e estaduais, pois os partidos que conseguem controlar a máquina pública federal ou estadual ou mantém certa proximidade com estas esferas de poder possuem maiores facilidades de alargarem as fronteiras da representação política com a eleição de novos prefeitos em relação aos partidos de oposição.

INTRODUÇÃO

A atual configuração do sistema partidário brasileiro começou a se desenhar no início da década de 1980, com a transição da ditadura militar para a democracia que acabou com o bipartidarismo e reinstaurou o regime pluripartidário. Assim, como consequência deste processo, várias legendas partidárias, das mais variadas orientações ideológicas, começaram a se organizar no país. Atualmente, o Brasil tem trinta partidos políticos legalizados no Tribunal Superior Eleitoral o que torna o sistema partidário brasileiro um dos mais fragmentados do mundo¹.

A alta fragmentação partidária levou alguns autores a analisar que esta situação comprometeria a formação de maiorias estáveis para aprovar os projetos de governo propostas pelo presidente da República, o que leva o executivo a formar coalizões governamentais instáveis, comprometendo o processo de governabilidade.

Não obstante a existência de muitos partidos no Brasil, os *partidos reais*, ou seja, aqueles que efetivamente conseguem eleger representantes, são muitíssimo menos numerosos que os partidos nominais. Felisbino (2006), em estudo desenvolvido em 2005 mostrou que o número Efetivo de Partidos no Brasil situa-se em torno de 8, indicando que são poucos os partidos com alguma significância eleitoral e parlamentar. Apesar disto, no estudo do autor, entre os países multipartidários da América do Sul, o Brasil se mantém como o mais

¹ De acordo com matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, pelo menos outros 31partidos estão em gestação no Brasil, incluindo o novo partido da ex-senadora Marina Silva, agrupamentos de extrema esquerda e até uma sigla monarquista. A maioria desses grupos começou a se organizar depois de 2007, quando uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral passou a ameaçar os políticos que mudam de partido com a perda de seus mandatos. Mas a legislação permite que políticos troquem de legenda se for para criar um novo partido, e desde então três siglas foram criadas --o PSD do ex-prefeito Gilberto Kassab e os nanicos PPL e PEN. Em razão desta situação, alguns setores da sociedade brasileira defendem um processo de reforma política que reduza efetivamente o número de agremiações partidárias.

fragmentado, o que diminui sensivelmente a probabilidade de formar governos com partidos majoritários, produzindo o que Abranches chamou de governo de coalizão.

Este estudo deve ser entendido no contexto desta discussão, avaliar o sistema partidário da região norte a partir das eleições municipais ocorridas nos anos de 2000, 2004, 2008 e 2012, procurando evidenciar se determinadas características presentes nos estados da região tem capacidade para explicar a diversidade de sistemas que operam na relação do sistema estadual com o sistema municipal de competição partidária.

O DEBATE SOBRE O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Após o processo de redemocratização e a ampliação do sistema partidário brasileiro, a década de 1990 foi, para a Ciência Política brasileira, um período muito frutífero, principalmente em relação aos estudos que procuravam entender o funcionamento do sistema eleitoral e partidário brasileiro e seu impacto no sistema de representação social. Como consequência das discussões travadas neste período algumas análises foram apresentadas e incorporadas no debate sobre a democracia representativa brasileira.

No bojo da discussão sobre o sistema partidário que nascia no Brasil no período pós ditadura, duas correntes se apresentaram como condutoras do debate sobre o sistema partidário brasileiro. A primeira partia da hipótese que o sistema partidário brasileiro não possuía raízes fortes no eleitorado e, portanto, os partidos seriam fracos e com baixa legitimidade social para prover a mediação responsabilizadora entre o Estado e o interesse dos cidadãos. Mainwaring (2003), por exemplo, em um estudo clássico sobre a democracia eleitoral brasileira chegou à conclusão que “no Brasil somente uma minoria dos eleitores é capaz de se identificar com algum partido”. Por esse motivo os partidos possuem raízes frágeis na sociedade e não têm capacidade de criar laços de lealdade entre os cidadãos e as legendas partidárias. Os políticos, individualmente, se tornaram os verdadeiros agentes da mediação de interesses, o que contribuía para produzir estruturas políticas desagregadas, pouco coesas e políticas voltadas para a reprodução de interesses clientelistas e de difícil responsabilização pública.

Na raiz deste comportamento estariam às regras eleitorais brasileiras que ao realizar a combinação entre sistema proporcional e voto personalizado, produziram resultados imediatos no individualismo que permeia a política nacional, marcado profundamente por uma relação clientelista entre os deputados e suas bases eleitorais, que induziram os parlamentares a ações legislativas voltadas para políticas de cunho localista e com baixa adesão aos programas defendidos pelos partidos.

A adoção do sistema proporcional traz como resultado a intensa competição entre candidatos do mesmo partido e o voto personalizado confere ao eleitor grande poder na definição das listas partidárias, convertendo os representantes que concorrem pelo mesmo partido, no mesmo colégio eleitoral, em adversários reciprocamente ameaçadores (MAINWARING, 2003). O sistema proporcional não só produz intensa competição eleitoral no mesmo território, mas acaba por pulverizar os votos dos eleitores entre vários candidatos do mesmo partido. O voto personalizado, por outro lado, faz com que os candidatos sejam compelidos a buscar todos os votos para si, desaparecendo, neste sentido, qualquer estímulo para uma ação mais solidária em favor do partido, o que resulta em estruturas partidárias desagregadas e lideranças não fiéis à identidade partidária.

Esse processo repercute diretamente na atuação do parlamentar durante sua passagem pelo poder, pelo fato de que o deputado sabe que após o cumprimento do mandato será julgado

novamente pelos eleitores. Por essa razão, com o objetivo de conquistar e manter suas bases de apoio, agem de forma a maximizar benefícios em prol de seus redutos eleitorais e atribuem pouca importância à produção de políticas de interesse nacional ou partidário. Além disso, segundo estes autores, a câmara oferece poucas oportunidades para a ação eleitoral dos deputados, uma vez que não oferece incentivos em termos de controle de recursos e cargos de comando que consigam neutralizar as incertezas eleitorais. Assim, em sua maioria os deputados, preocupados em reeleger-se, mas sem espaço institucional na câmara, “apostam muito mais no desenvolvimento de relações de patronagem e clientela junto aos gabinetes dos Ministérios, que lhes asseguram renda política e boa reputação em seus redutos locais e regionais, do que a dedicação ao plenário, em cujo terreno suas probabilidades de êxito são remotas” (MAINWARING: 2003).

Algumas interpretações (Mainwaring: 2003; Ames: 2003), inspiradas no comportamento legislativo dos congressistas norte-americanos, vão além das determinações provocadas pelas regras na arena eleitoral e situam essa discussão na idéia de conexão eleitoral. Ou seja: a dinâmica do jogo político estabelecido na esfera eleitoral produziria efeitos diretos na arena parlamentar e responderia em grande medida pelo comportamento individualista dos políticos em suas ações legislativas, traduzido pela busca de políticas particularistas, de custos difusos para a sociedade e benefícios endereçados a restritos redutos eleitorais. Os trabalhos balizados por essa perspectiva avaliam que os impulsos provindos da esfera eleitoral seriam elementos determinantes para explicar o funcionamento do poder legislativo brasileiro e servem como mecanismo explicativo do comportamento parlamentar, da dinâmica da produção legislativa e da fraqueza partidária.

Assim, como consequência do individualismo que permeia o sistema político brasileiro, os partidos não se apresentam como instituições nacionalizadas, portadoras de programas e projetos e capazes de fortalecer os vínculos entre as legendas e o eleitorado. Nicolau (1996), em estudo que levou em consideração a distribuição dos partidos no interior dos estados brasileiros, apresentou evidências sobre a força diferenciada que os partidos mantinham em cada unidade da federação brasileira.

Para o autor “os partidos brasileiros são desigualmente distribuídos pelo território nacional, quer em termos organizacionais, quer em termos eleitorais. Os diferentes ritmos de organização e de desempenho eleitoral faz com que os partidos sejam mais fracos em alguns estados e mais fortes em outros; e como consequência produzem diferentes configurações dos sistemas partidários estaduais” (NICOLAU, 1996).

Em caminho oposto estão os estudos que embasam suas análises sobre o enorme peso que os partidos possuem para conduzir a agenda pública. Nesta interpretação, a presença de um comportamento individualista na arena eleitoral não produziria necessariamente um comportamento do tipo personalizado na arena parlamentar. Os defensores dessa interpretação têm nos trabalhos de Figueiredo e Limongi (1995; 1996; 1999) sua base de apoio, e partem do princípio de que a base institucional que organiza os trabalhos do congresso brasileiro apresenta mecanismos internos que forcem a adesão dos parlamentares às decisões definidas pelos partidos, o que neutralizaria os efeitos clientelistas e individualistas provindos das regras eleitorais, tornando os partidos agentes disciplinados, coesos e fortes no ambiente parlamentar.

Para esta interpretação, na prática legislativa, diferente do que acontece na arena eleitoral, os parlamentares se comportam como sujeitos políticos coesos e disciplinados, altamente solidários com as determinações provenientes das legendas partidárias. O elemento que se interporia a este fenômeno seriam as instituições estabelecidas pelo regimento da câmara, que diferentemente das instituições eleitorais, confere aos líderes partidários grande poder de

influência sobre o comportamento do plenário, sobre as decisões das bancadas e ainda sobre o trabalho das comissões. Particularmente, dois instrumentos contidos no regimento da câmara – a mesa diretora e o colégio de líderes – oferecem enorme poder de influência aos líderes partidários no controle das ações de seus membros. O parlamentar pode apresentar projetos e emendas para fazer valer seus interesses particulares, porém a aprovação deles depende da apreciação das comissões. Além disso, as emendas parlamentares só serão contempladas se forem aprovadas pelos líderes, que votam em nome de suas bancadas. Nesse contexto, os parlamentares têm muito mais a ganhar quando são capazes de cooperar com seus partidos em troca de apoio para a aprovação de projetos e emendas do que atuar de forma indisciplinada e oportunista. Sob esse cenário, e de acordo com essa interpretação, no interior do legislativo a base institucional, a hierarquia de cargos e o poder desigualmente distribuído entre os representantes permitiriam, em grande medida, impor limites às pretensões personalistas dos parlamentares e às determinações individualistas produzidas pelas regras eleitorais.

A legislação eleitoral pode alimentar estratégias individualistas e antipartidárias. Essas estratégias, no entanto, não encontram solo fértil para desenvolver-se no Congresso Nacional. Projetos e emendas ditados exclusivamente por interesses eleitorais, particularistas e imediatistas raramente saem das gavetas das comissões. (...) Por força regimental, os líderes dispõem de um arsenal significativo de recursos por meio dos quais controlam e circunscrevem a atuação dos parlamentares. Assim, a despeito do que se passa na arena eleitoral, os partidos contam e atuam de forma disciplinada no congresso brasileiro (FIGUEIREDO E LIMONGI: 1999, 31).

Amorim Neto e Santos (2002) concordam com as conclusões de Figueiredo e Limongi (1996) sobre os efeitos que a organização interna do congresso exerce no comportamento dos deputados. Avaliando a abrangência da produção legislativa dos deputados (se local, nacional ou setorial), no período compreendido entre 1985 e 1999, os autores chegaram à conclusão que no congresso nacional, ao contrário de uma produção legislativa eminentemente paroquial, como advogam os defensores do clientelismo parlamentar, registra-se uma prevalência de políticas com abrangência nacional, vindo logo em seguida as políticas de caráter setorial. A preferência por propostas legislativas de caráter local figuram em último lugar na proposição legislativa dos parlamentares. Para os autores, o incentivo a esse processo está na força conferida aos líderes partidários pelo regimento da câmara, somado ao poder de definição de agenda do executivo, fatores capazes de reduzir as oportunidades orientadas por um comportamento individualista e oportunista dos deputados, e que aumentam o controle partidário sobre a atuação de seus membros. Como lembram os dois autores, “a produção de políticas de cunho distributivista que garantem este tipo de conexão eleitoral dependem do acesso à arena decisória, entretanto, o controle centralizado sobre a agenda legislativa impede que este tipo de estratégia seja dominante fortalecendo os partidos” (AMORIM NETO E SANTOS: 2002).

Braga e Pimentel Júnior (2011) também mostram que os partidos apresentam sim identificação no eleitorado, pois, nas eleições presidenciais a competição eleitoral tem se estruturado em torno de duas organizações partidárias: PT e PSDB. Desta forma, os autores observam que, ao menos no que concerne à estruturação do voto para presidente, pode-se constatar uma divisão do eleitorado entre as duas principais organizações políticas em termos de simpatia partidária. Acreditamos que a mesma lógica também se evidencia nas eleições para os governos estaduais com baixa competição entre as legendas partidárias.

O SISTEMA PARTIDÁRIO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

A região norte do Brasil incorpora sete estados dos vinte e seis que compõe a federação brasileira e apresenta uma população correspondente a apenas 8,0% da população total do Brasil. Esta região possui a menor densidade demográfica do país e, apesar de deter a maior

porção territorial com 45,2% do território nacional, possui apenas 8,0% dos municípios brasileiros.

Mapa 1- Estados e regiões do Brasil



O norte do Brasil é uma região caracterizada por diversos conflitos das mais diversas naturezas². Devido sua porção territorial estar localizada na região amazônica, cercada pela imensa floresta tropical e com relevo e hidrografia de difícil acesso, o processo de ocupação territorial e formação de municípios foi marcado pela ausência de planejamento e com baixo incentivo para o desenvolvimento de atividades produtivas consolidadas. Como consequência desta situação, a região norte incorpora os piores indicadores de desenvolvimento econômico e social do Brasil e os menores colégios eleitorais entre os estados brasileiros. Roraima, por exemplo, com 292.394 votantes, Amapá, com 448.018 e o Estado do Acre, que tem 498.017 eleitores, são os estados com os menores contingente de eleitores do Brasil.

Tabela 1 – Região Norte por estados, eleitores e municípios. 2013

Estados	Eleitores	Nº de Municípios
Acre	499.324	22
Amazonas	2.175.641	62
Amapá	450.481	16
Pará	5.084.487	144
Rondônia	1.117.556	52
Roraima	296.383	15
Tocantins	990.503	139

Nota: dados de junho de 2013

O sistema partidário da região norte é marcado pela diversidade e pela existência de diversos sistemas distribuídos entre os estados que compõe a estrutura política regional. Isto de certa forma permite concordar com as conclusões de diversos autores (Lima Júnior, 1983;

² Conflitos pela posse da terra, demarcação e invasão de áreas indígenas, garimpos ilegais, extração ilegal de madeira, poluição ambiental, biopirataria, etc.

Abrucio, 1994; Nicolau, 1996; Maiwaring, 2003) que evidenciam a existência de diversos sistemas partidários estaduais que sobrevivem independentemente da política nacional. Nicolau (1996), por exemplo, em um estudo sobre o multipartidarismo que caracterizava a política nacional na década de 1990, já indicava a existência de subsistemas partidários estaduais que operavam a margem das alianças e siglas que operavam nacionalmente. Para ele “os partidos brasileiros são desigualmente distribuídos pelo território nacional, quer em termos organizacionais, quer em termos eleitorais. Os diferentes ritmos de organização e de desempenho eleitoral fazem com que os partidos sejam mais fracos em alguns estados e mais fortes em outros; e, como consequência, produzem diferentes configurações dos sistemas partidários estaduais” (NICOLAU: 1996).

Passado quase duas décadas do estudo de Nicolau, esta conclusão parece que não sofreu grandes alterações, pois com base nos dados sobre a região norte, percebe-se que ao longo das quatro últimas eleições estaduais e das quatro municipais, há uma diversidade bastante grande de sistemas partidários operando entre os estados que compõem a fração norte do território brasileiro.

Por outro lado, com base nos dados da tabela abaixo, que permite comparar os resultados das eleições estaduais com as eleições municipais dentro do mesmo estado, pode-se perceber que o grau de coincidência entre o partido dominante entre estas duas esferas eleitorais é bastante significativo.

Observe-se que a eleição municipal ocorre sempre dois anos após a eleição estadual, o que possibilita que o partido ocupante da máquina pública estadual articule melhores condições de se organizar e capturar lideranças importantes na esfera local, que consequentemente repercutem positivamente nos resultados eleitorais dos municípios, permitindo que o partido do governador seja também um partido bem posicionado nas eleições locais.

Para efeito desta análise, estamos considerando o desempenho do partido na eleição municipal de acordo com o número de prefeituras conquistadas após a eleição do governador. Assim, o partido que conquistou o maior número de prefeituras entre os municípios de determinado estado, está sendo considerado como a principal força partidária neste nível eleitoral independentemente do total de sua votação no conjunto das prefeituras, ou da proporção de prefeituras conquistadas pelas outras legendas.

No estado do Acre, por exemplo, o PT ganhador da eleição de 1998, 2002 e 2006, apresentou-se como o partido melhor colocado na eleição dos prefeitos em 2000, 2004 e 2006. A coincidência só não ocorreu no transcurso da eleição de 2010 para 2012, onde o PT foi o ganhador da eleição estadual, mas não foi o partido melhor colocado na eleição municipal. No estado do Amapá a coincidência entre o partido vencedor da eleição estadual e o partido melhor colocado na eleição para prefeito chegou a 100%. A exceção ficou por conta do estado de Rondônia, que apresentou baixo grau de coincidência entre o partido vencedor na eleição estadual e o desempenho partidário nas eleições para prefeitos, vindo logo a seguir o Estado de Roraima, com 25% e 50% respectivamente de coincidências.

Tabela 2 – Partidos dominantes nas eleições estaduais e municipais na região norte do Brasil. 1998 a 2012

Eleição Estados	Eleição Estadual				Eleições Municipais			
	1998	2002	2006	2010	2000	2004	2008	2012
Acre	PT	PT	PT	PT	PT	PT	PT	PSDB
Amazonas	PFL	PPS	PMDB	PMN	PFL	PPS	PMDB	PSD
Amapá	PSB	PDT	PDT	PSB	PSB	PDT	PDT	PSB
Pará	PSDB	PSDB	PT	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB	PSDB
Rondônia	PFL	PSDB	PPS	PMDB	PMDB	PTB	PMDB	PMDB
Roraima	PPB	PSL	PSDB	PSDB	PFL	PMDB	PSDB	PSDB
Tocantins	PFL	PFL	PMDB	PSDB	PFL	PFL	PMDB	PSD

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nota: Estamos considerando como partido dominante na esfera estadual o partido que ganhou a eleição em determinado período e como partido dominante na esfera municipal aquele que conseguiu o maior número de prefeituras em determinada eleição.

A tabela 3 permite avaliar melhor a relação entre o partido vencedor na eleição estadual e o desempenho dos partidos nas eleições para prefeitos. Observando-se o padrão de correlação entre as duas esferas eleitorais, verificou-se que dos sete estados da região norte, em cinco deles esta correlação situou-se acima de 75% dos casos. Isto indica que por mais que não haja uma correlação entre a eleição estadual e federal, conforme indica a literatura sobre o tema, entre a esfera estadual e municipal, pelo menos no caso da região norte, esta correlação foi bastante significativa ao longo do período analisado.

Tabela 3 – Correlação entre o partido dominante na eleição para governador e eleição para prefeitos nos estados da região norte do Brasil. 1998 a 2012

Estados	Padrão de Correlação	Correlação entre a eleição estadual e municipal	Partido dominante na maioria das eleições
Acre		75%	PT
Amazonas		75%	Não Há
Amapá		100%	PDT e PSB
Pará		75%	PSDB
Rondônia		25%	PMDB
Roraima		50%	PSDB
Tocantins		75%	PFL

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nota: Estamos considerando como partido dominante na esfera estadual o partido que ganhou a eleição para governador e como partido dominante na esfera municipal aquele que conseguiu o maior número de prefeituras em determinada eleição.

Por outro lado, com base ainda nos dados da tabela 3, pode-se perceber que por mais que não haja uma estruturação partidária que permita falar na existência de um sistema partidário regional, é possível perceber que existem partidos dominantes na esfera estadual e municipal. Neste caso, entretanto, os dados demonstram que, por mais que estes partidos não saiam vitoriosos em todas as eleições consecutivas, o capital político conquistado ao assumir o poder estadual lhes permite continuar como uma força relevante ao longo de um determinado ciclo eleitoral.

Verner (2006) por outro lado, evidencia que as eleições, podem ser importantes para explicar fases de recessão ou de expansão eleitorais de determinados partidos, mas a explicação causal para este fenômeno deve estar associada a outras variáveis como: desempenho do governo, grau de satisfação do eleitorado, comparação com o desempenho da oposição, crises políticas, etc.

Souza (2006) com base numa pesquisa que levou em consideração a força eleitoral dos partidos nos municípios do Estado do Pará observou que havia ciclos de alternância no poder entre determinados partidos que se revezavam na condução da máquina pública municipal. Para ele, o comportamento do eleitor pode ser determinado por diferentes fatores difíceis de serem apreendidos apenas na esfera eleitoral. De qualquer forma, para o autor, o comportamento do eleitor pode ser estabelecido a partir de duas perspectivas: o voto retrospectivo e o voto prospectivo.

A teoria do comportamento do eleitor através do voto retrospectivo vincula a escolha do eleitor no mercado político a uma situação de prêmio ou castigo sobre os resultados do governo. Essa teoria sustenta que o eleitor sabe como tem variado seu bem estar durante o mandato político, e esse é o elemento principal que guia as decisões do voto. Dependendo das ações dos políticos durante o mandato anterior os eleitores avaliam se vale à pena votar no mesmo candidato de novo ou, pelo contrário, votar na oposição. Entretanto, um partido que representa a oposição num determinado ciclo, pode se tornar situação no ciclo subsequente. Por esta razão o estabelecimento da força eleitoral dos partidos em determinado território exigiria a observância de diversos ciclos e um período de análise bastante extenso, o que não foi possível devido os limites metodológicos desta pesquisa.

Partidos Relevantes na Eleição para Prefeito

Do ponto de vista da proporção de partidos que se tornam relevante na eleição municipal, a literatura vem indicando certa oligarquização do mercado político por um grupo muito pequeno de legendas. Sartori, por exemplo, em uma análise sobre a diversidade de sistemas partidários, já indicava que na análise política o critério numérico sempre foi amplamente utilizado na classificação de sistemas partidários nacionais, entretanto, uma classificação mais consistente deveria introduzir algumas variáveis além da simples soma do número de legendas. Assim, na classificação de sistemas unipartidários, bipartidários, tripartidários ou multipartidários é preciso saber, para além do número total de partidos existentes, quantos deles efetivamente são relevantes.

Para efeito de nossa pesquisa procuramos estabelecer como critério definidor de relevância partidária a proporção de vitórias que determinado partido ou conjunto de partidos conquistaram nas eleições municipais em relação ao total de partidos que competiram na mesma eleição e no mesmo estado. Para estabelecer um critério de relevância partidária, utilizei um ponto de corte na determinação dos partidos relevantes, considerando como tal o limite de 60% de municípios onde os partidos conquistaram a prefeitura.

De acordo com os dados da tabela 4 foi possível observar que na maioria dos estados da região norte o sistema partidário é dominado por aproximadamente 3 partidos, que conjuntamente conquistam 60% dos municípios onde houve eleição para prefeito. Em alguns estados a dominância partidária é tão elevada que apenas dois partidos conquistam cerca de 60% ou das prefeituras em determinada eleição. Isto aconteceu no estado do Tocantins na eleição de 2002, Acre e Roraima na eleição de 2008 e Amazonas na eleição de 2012.

Entre o conjunto das eleições analisadas o ano de 2012 foi onde o número de partidos relevantes mais creceu em relação aos anos anteriores. Isto talvez indique um aumento do padrão de competição política observado nos estados da região norte, mas para comprovar esta evidência será necessário a análise de eleições posteriores.

Tabela 4–Número de Partidos Relevantes nas eleições municipais do norte do Brasil. 2000 a 2012

Eleição Estados	2000		2004		2008		2012	
	Nº de Partidos	% de Eleitos	Nº de Partidos	% de Eleitos	Nº de Partidos	% de Eleitos	Nº de Partidos	% de Eleitos
Acre	3	77,2	3	63,7	2	72,9	3	68,2
Amazonas	3	67,7	4	67,7	3	62,8	2	66,1
Amapá	3	62,5	3	62,4	3	62,4	5	62,9
Pará	3	66,5	3	62,3	4	67,8	4	67,3
Rondônia	4	69,1	3	61,6	6	63,5	4	65,4
Roraima	3	66,6	5	66,5	2	66,6	3	60,0
Tocantins	2	64,8	4	63,3	3	62,7	4	64,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Na concepção de Sartori (1982) o critério de relevância está ligado a possibilidade do partido em alcançar e exercer o poder e também de compor coalizões governamentais. Quando se tratar de um partido pequeno, ainda assim este poderá ser relevante se tiver grande poder de chantagem, ou seja, de obstruir processos decisórios quando compondo oposições. Se este for o caso, o partido em questão deverá ser consultado e levado em conta nas negociações que os partidos majoritários quiserem estabelecer.

No caso de nossa análise estamos considerando a vitória eleitoral como um critério de definição de relevância partidária, pelo fato de que ao vencer eleição em determinado município o partido fortalece a possibilidade de organização partidária na esfera local, consegue ampliar sua base de apoio no município, controla determinados recursos de poder que permite influenciar em outras esferas eleitorais e consegue maior aproximação com o poder estadual e federal ampliando a base de apoio e a formação de alianças políticas.

O Sistema Partidário e o Desenvolvimento Socioeconômico.

A partir da definição do número de partidos relevantes presentes na disputa eleitoral na esfera estadual a pesquisa procurou verificar se diferenças nos padrões de desenvolvimento existente entre os municípios que compõem a geografia política da região norte apresenta alguma capacidade explicativa nos padrões de competição partidária que se verificou nas quatro eleições municipais analisadas.

Nesta situação, os indicadores de relevância partidária foi confrontado com três indicadores de desenvolvimento estadual, para perceber qual indicador apresentava melhor capacidade explicativa para a produção do sistema partidário da região norte: desenvolvimento sócio-econômico dos estados (medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH), número de municípios e tamanho do eleitorado. O modelo estatístico que possibilitou a construção de evidências sobre a relação entre competição partidária e desenvolvimento sócio-econômico foi o modelo de correlação de variáveis, que parte da seguinte premissa:

Se duas variáveis podem se movimentar conjuntamente, uma correlação pode ser estabelecida. Se a variável A tende a aumentar quando B cresce, existe uma correlação positiva, isso indica que a

elevação de uma variável afeta a outra positivamente. Se a variável A tende a cair quando B aumenta, existe uma correlação negativa, ou seja, uma correlação negativa indica movimentos opostos (SILVA: 1999; 31).

De forma mais detalhada, o modelo pode ser apresentado a partir da seguinte formulação matemática:

$$r = \frac{N \cdot \sum xy - (\sum x) (\sum y)}{\text{raiz} [N \cdot \sum x^2 - (\sum x)^2] [N \cdot \sum y^2 - (\sum y)^2]}$$

Onde:

N = Número de casos (os estados)

X = 1ª variável (refere-se ao número de partidos relevantes por estado)

Y = 2ª variável (refere-se ao IDH dos estados, número de municípios e tamanho do eleitorado)

O valor de **r** está sempre entre -1 e +1; com $r = 0$ o modelo indica que as variáveis não se correlacionam. Usamos o termo **correlação positiva** quando $r > 0$, e nesse caso à medida que cresce X o mesmo acontece com Y, e **correlação negativa** quando $r < 0$, e nesse caso à medida que X cresce Y decresce. Quanto maior o valor de r, tanto positivo quanto negativo, mais forte a associação. O coeficiente **r** varia entre -1 e +1, portanto, a correlação pode ser estabelecida a partir das seguintes situações analíticas:

Correlação	Intervalo
Negativa perfeita	- 0,90 a - 1,00
Negativa forte	- 0,70 a - 0,89
Negativa moderada	- 0,40 a - 0,69
Negativa fraca	- 0,01 a - 0,39
Ausência	0,00
Positiva fraca	0,01 a 0,39
Positiva moderada	0,40 a 0,69
Positiva forte	0,70 a 0,89
Positiva perfeita	0,90 a 1,00

Na avaliação dos resultados confrontando-se os indicadores de relevância partidária com o IDH de cada estado, verificou-se que há uma correlação positiva entre estas variáveis, indicando que na medida em que cresce o IDH entre os estados há também certo crescimento no número de partidos relevantes na eleição municipal. Isso se constitui como uma evidência da influência que o desenvolvimento econômico exerce no processo político que se estabelece nos territórios. Entretanto, o fato dessa relação se constituir como fraca nos leva a pensar que o desenvolvimento econômico tem limitada capacidade para explicar as variações existentes entre os municípios, no que concerne ao número de partidos relevantes nas vitórias eleitorais na esfera municipal. De fato, nos estados do norte do Brasil encontramos situação em que estados com IDH baixo teve elevada disputa entre partidos, enquanto estados com IDH médio obtiveram reduzida competição partidária em determinada eleição. Como exemplo podemos citar o caso do estado de Rondônia que possui um IDH baixo, mas que na eleição de 2008 teve um dos mais altos índices de competição partidária nas eleições municipais. Da outra ponta temos o estado do Pará que apresenta um dos mais altos indicadores de desenvolvimento humano da região, mas

na eleição de 2000 e 2004 teve um dos mais baixos índices de competição partidária entre os estados da região norte do Brasil.

Tabela 5– Índice de correlação entre partidos relevantes e IDH dos estados da região norte do Brasil. 2000 a 2012

Eleição	Índice de Correlação	Descrição
2000	0,12	Positiva Fraca
2004	0,17	Positiva Fraca
2008	0,19	Positiva Fraca
2012	0,21	Positiva Fraca

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Competição Partidária e Número de Municípios

Na avaliação referente ao papel que a quantidade de municípios representa no processo de competição partidária entre os estados, o modelo de correlação de variáveis também indicou que esta relação se traduz como positiva, uma vez que quanto maior a quantidade de municípios, mais aumenta o número de partidos no processo eleitoral do Estado nas eleições municipais. Entretanto, como essa associação também se caracterizou como positiva fraca nos leva a refletir que a quantidade de municípios, apesar de se relacionar positivamente com a competição partidária estadual, apresenta reduzida capacidade para explicar os diversos subsistemas que operam entre os estados da região norte do Brasil. Na aplicação do modelo, percebemos a existência de estados com taxas elevadas de municípios, mas com um formato competitivo altamente concentrado em poucos partidos, assim como estados com número reduzido de municípios, mas com taxas expressivas de competição partidária.

O caso do estado do Amapá é expressivo, pois o estado conta com apenas 16 municípios, mas na eleição de 2012 teve uma elevada competição partidária na eleição municipal daquele ano. Do outro lado temos o estado do Tocantins que tem uma elevada quantidade de municípios, 139, mas na eleição de 2000 teve uma das mais baixas taxas de competição partidária nas eleições municipais.

Tabela 6– Índice de correlação entre partidos relevantes e número de municípios dos estados da região norte do Brasil. 2000 a 2012

Eleição	Índice de Correlação	Descrição
2000	0,23	Positiva Fraca
2004	0,21	Positiva Fraca
2008	0,23	Positiva Fraca
2012	0,24	Positiva Fraca

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Competição Partidária e Tamanho do Eleitorado

No aspecto relativo ao tamanho do eleitorado dos estados, o coeficiente de correlação indicou que esta variável também afeta positivamente o formato partidário estadual, pois nos estados mais populosos há maior probabilidade de expansão no número de partidos relevantes na competição partidária. Contudo, como essa relação também se constituiu como fraca, o modelo evidenciou os limites do tamanho do eleitorado na explicação do grau de competição

partidário observado entre os estados da região norte do Brasil. Tanto os estados com eleitorado baixo quanto estados com eleitorado elevado podem ter uma razoável competição entre partidos. É eloqüente, como exemplo, o processo verificado no estado de Roraima, que possui um dos menores continentes eleitorais, mas na eleição de 2004 teve um dos mais altos índices de competição partidária entre os estados da região. Na outra ponta é ilustrativo o caso do Amazonas que possui o segundo maior contingente eleitoral da região, mas na eleição de 2012 teve um dos mais baixos padrões de competição partidária.

Tabela 7– Índice de correlação entre partidos relevantes e tamanho do eleitorado dos estados da região norte do Brasil. 2000 a 2012

Eleição	Índice de Correlação	Descrição
2000	0,13	Positiva Fraca
2004	0,16	Positiva Fraca
2008	0,14	Positiva Fraca
2012	0,22	Positiva Fraca

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conclusões

Este artigo apresentou como proposta de discussão estudar o processo de competição partidária verificado nos estados que compõe a região norte do Brasil a partir das disputas partidárias realizadas em 2000, 2004, 2008 e 2012 para acesso as vagas disponíveis ao cargo de prefeitos nos estados da região norte do Brasil. A pesquisa partiu do princípio que, apesar da existência de muitos partidos inscritos na disputa estadual, na disputa pelos votos do eleitor municipal a competição se apresenta num cenário de baixa competição partidária. Além disto, a pesquisa procurou investigar os diversos padrões de competição partidária existente entre na região norte e concluiu que os sistemas partidários são bastante diversos entre os estados que compõe o universo territorial desta região.

Por outro lado, a pesquisa procurou verificar se determinadas características sócio-econômicas-políticas presentes nos diversos estados são capazes de responder pela diversidade de padrões de competição que se verifica na esfera local da eleição estadual.

Na análise dos resultados, com relação a dimensão partidária da competição política os indicadores demonstraram que apesar da existência de muitas partidos na órbita da disputa estadual, no plano local, entretanto, esta fica efetivamente restrita a poucos partidos. Os indicadores de desenvolvimento, quantidade de municípios e tamanho do eleitorado, apesar de se relacionarem positivamente com as diferenças no sistemas partidários locais não apresentam capacidade explicativa para indicar que estas variáveis são predominantes na produção da competição partidária entre os estados do norte do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*; tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio & SANTOS, Fabiano. (2002) *A Produção Legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação*. In VIANNA, Werneck Luiz. *A democracia e os três poderes no Brasil* (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG.

CARNEIRO, Leandro Piquet & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Definindo a arena política local: Sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, V. 51, nº 2, p. 403-432, 2008

CARVALHO, Nelson Rojas *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

DIAS, José Luciano de Mattos. *O jogo e os jogadores: Legislação eleitoral e padrões de competição política*. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, IUPERJ, 1991.

FELISBINO, Riberti de Almeida. A atuação dos partidos políticos na câmara dos deputados: alguns comentários dos estudos legislativos no Brasil XI Encuentro De Latinoamericanistas: la Comunidad Iberoamericana de Naciones”, Tordesillas (Espanha), 26, 27 e 28 de maio de 2005

FIGUEIREDO, Marcus & JORGE, Vladimir Lombardo (1997). *São Paulo: Dinâmica e Formato do sistema partidário*. In LIMA JUNIOR, Olavo Brasil (org.) *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

FLEISCHER, David. *As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)*. XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, MG, 16 a 20 de outubro de 2001.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*; tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R. e SÁEZ, M.A. (org). *A Democracia Brasileira. Balanço e Perspectivas para o Século XXI*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p 199-235, 2007.

NICOLAU, Jairo César M. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

NICOLAU, Jairo César Marconi. As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira. *Revista Dados* v. 40 nº 3 Rio de Janeiro, 1997.

OLIVEIRA, Arlindo Fernandes de. *Sobre a representação dos estados na câmara dos deputados*. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Coordenação de Estudos. textos para discussão nº 5, Brasília, abril, 2004.

REBELLO, Maurício Michel. A fragmentação partidária no Brasil: visões e tendências. 36º Encontro Anual da ANPOCS.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, João Carlos C. da. *Métodos de Pesquisa aplicada*. São Paulo: Atlas, 1998

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. *Geografia eleitoral e padrões de competição política no Estado do Pará*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2006 (Tese de Doutorado)

VERNER, Antonio C. *Competição política no plano local*. Monografia de Especialização. Belém, Universidade da Amazônia, 2006

ANEXO 1

Tabela 8 – Partidos segundo número de prefeituras ganhas. 2000 a 2012

Eleição	Estados	Acre		Amazonas		Amapá		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
ELEIÇÃO 2000															
PSDB		3	13,6	8	12,9	2	12,5	45	31,5	4	7,7	3	20,0	23	16,5
PMDB		5	22,7	0	0,0	2	12,5	35	24,5	13	25,0	1	6,7	13	9,3
PT		7	31,8	14	22,6	0	0,0	5	3,5	6	11,5	0	0,0	2	1,4
PFL		2	9,1	19	30,6	1	6,3	4	2,8	11	21,1	5	33,3	55	39,5
PDT		0	0,0	0	0,0	3	18,7	13	9,1	6	11,5	0	0,0	0	0,0
PTB		0	0,0	9	14,5	1	6,3	15	10,5	4	7,7	2	13,3	5	3,6
PP		5	22,7	1	1,6	0	0,0	12	8,4	3	5,8	1	6,7	35	25,3
PSB		0	0,0	0	0,0	5	31,3	4	2,8	3	5,8	0	0,0	0	0,0
PL		0	0,0	8	12,9	1	6,3	5	3,5	0	0,0	0	0,0	2	1,4
PPS		0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
OUTROS		0	0,0	3	4,8	1	6,3	5	3,5	2	3,8	3	20,0	4	2,9
Total		22	100,0	62	100,0	16	100,0	143	100,0	52	100,0	15	100,0	139	100,0
ELEIÇÃO 2004															
PSDB		2	9,1	7	11,3	0	0,0	48	33,6	10	19,2	0	0,0	23	16,5
PMDB		1	4,5	7	11,3	1	6,3	23	16,1	9	17,4	2	13,3	19	13,7
PT		10	45,5	3	4,8	3	18,7	17	11,8	6	11,5	2	13,3	16	11,5
PFL		0	0,0	4	6,5	0	0,0	7	4,9	4	7,7	1	6,7	24	17,3
PDT		0	0,0	1	1,6	5	31,2	5	3,5	4	7,7	1	6,7	1	0,7
PTB		2	9,1	3	4,8	2	12,5	18	12,6	13	25,0	0	0,0	11	7,9
PP		1	4,5	4	6,5	2	12,5	6	4,2	0	0,0	1	6,7	10	7,2
PSB		1	4,5	0	0,0	0	0,0	2	1,4	1	1,9	2	13,3	1	0,7
PL		2	9,1	6	9,6	0	0,0	9	6,3	1	1,9	2	13,3	22	15,8
PPS		2	9,1	22	35,6	0	0,0	3	2,1	1	1,9	2	13,3	5	3,6
OUTROS		1	4,5	5	8,0	3	18,8	5	3,5	3	5,8	2	13,3	7	5,0
TOTAL		22	100,0	62	100,0	16	100,0	143	100,0	52	100,0	15	100,0	139	100,0
ELEIÇÃO 2008															
PSDB		1	4,5	4	6,5	2	12,5	12	8,4	2	3,8	8	53,3	16	11,5
PMDB		4	18,3	24	38,7	3	18,7	39	27,3	12	23,1	1	6,7	38	27,4
PT		12	54,6	6	9,6	3	18,7	27	18,9	4	7,7	1	6,7	12	8,6
PFL/DEM(*)		0	0,0	2	3,2	1	6,3	6	4,2	4	7,7	0	0,0	27	19,5
PDT		0	0,0	0	0,0	4	25,0	9	6,3	2	3,8	0	0,0	5	3,6
PTB		0	0,0	2	3,2	0	0,0	14	9,8	4	7,7	1	6,7	6	4,3
PP		3	13,6	4	6,5	2	12,5	6	4,2	2	3,8	0	0,0	6	4,3
PSB		1	4,5	1	1,6	0	0,0	4	2,8	3	5,8	1	6,7	4	2,9
PL/PR (**)		0	0,0	9	14,5	0	0,0	17	11,8	7	13,5	2	13,3	22	15,8
PPS		0	0,0	3	4,8	0	0,0	3	2,1	1	1,9	0	0,0	2	1,4
OUTROS		1	4,5	7	11,3	1	6,3	6	4,2	11	21,2	1	6,7	1	0,7
Total		22	100,0	62	100,0	16	100,0	143	100,0	52	100,0	15	100,0	139	100,0
ELEIÇÃO 2012															
PSDB		6	27,3	1	1,6	1	6,3	33	22,9	5	9,7	4	26,7	20	14,4
PMDB		4	18,2	17	27,4	2	12,5	27	18,7	15	28,8	2	13,3	23	16,5
PT		5	22,7	4	6,5	3	18,7	23	16,0	6	11,6	2	13,3	9	6,5
PFL/DEM		2	9,1	1	1,6	0	0,0	5	3,5	0	0,0	0	0,0	5	3,6
PDT		0	0,0	4	6,5	0	0,0	2	1,4	2	3,8	0	0,0	1	0,7
PTB		0	0,0	1	1,6	1	6,3	4	2,8	5	9,6	0	0,0	6	4,3
PP		1	4,5	1	1,6	1	6,3	5	3,5	8	15,4	2	13,3	5	3,6
PSB		1	4,5	1	1,6	3	18,7	5	3,5	2	3,8	0	0,0	16	11,5
PL/PR		1	4,5	2	3,2	0	0,0	14	9,7	1	1,9	3	20,0	14	10,1
PPS		0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	4,2	0	0,0	0	0,0	2	1,4
PSD (***)		0	0,0	24	38,7	0	0,0	11	7,6	2	3,8	0	0,0	31	22,3
OUTROS		2	9,1	6	9,7	5	31,2	9	6,2	6	11,5	2	13,3	7	5,0
Total		22	100,0	62	100,0	16	100,0	144	100,0	52	100,0	15	100,0	139	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do TSE

Nota: Em 2012 o Estado do Pará passou a contar com 144 municípios devido a criação do município de Mojui dos Campos desmembrado de Santarém.